



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS AVANÇADO DE SOBRAL
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SHEILA LOPES DE MESQUITA

**CAPITAL HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O
BRASIL ENTRE 2004-2019**

SOBRAL

2023

SHEILA LOPES DE MESQUITA

CAPITAL HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O
BRASIL ENTRE 2004-2019

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Guaracyane Lima Campelo.

SOBRAL

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M546c Mesquita, Sheila Lopes de.
Capital Humano e Crescimento Econômico : uma análise para o Brasil entre 2004-2019 / Sheila Lopes de Mesquita. – 2023.
41 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Curso de Ciências Econômicas, Sobral, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Guaracyane Lima Campelo.

1. Educação. 2. Capital Humano. 3. Crescimento Econômico. I. Título.

CDD 330

SHEILA LOPES DE MESQUITA

CAPITAL HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O
BRASIL ENTRE 2004-2019

Monografia apresentada ao Programa de
Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Ceará – Campus
Sobral, como requisito para obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 10/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Guaracyane Lima Campelo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Cleycianne de Souza Almeida
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Francisco Mário Viana Martins
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a minha família, em especial, aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família, sobretudo, aos meus pais Antônio e Valdelicia, por todos os ensinamentos, por todo suporte que me proporcionam. Eles são minha grande inspiração. Dedico a conclusão deste trabalho a eles.

Ao Felipe, meu amigo, que esteve ao meu lado nessa jornada. Sou grata por sua companhia, amizade e apoio. Ele faz parte dessa conquista.

A todos os professores que tive nesse período de Graduação.

A Profa. Dra. Guaracyane, pela excelente orientação.

E em especial, gratidão a DEUS, por me permitir chegar até aqui.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.” John Dewey

RESUMO

A educação hoje tem sido uma ferramenta fundamental em um mundo de constantes transformações, e segue sendo estudada de diversas perspectivas. Para o presente trabalho a educação se faz presente como um componente do capital humano numa abordagem sobre sua relevância para o crescimento econômico. O estudo consiste em uma revisão de literatura acerca do tema, apresentando reflexões de vários teóricos sobre o papel da educação para a economia. Foi realizado por meio de Relatórios elaborados pelo Banco Mundial e de dados da PNAD 2015 um panorama da economia brasileira sob a influência do capital humano no período de 2004 a 2019. Com base nas análises levantadas foi apontada uma relação positiva entre educação e crescimento econômico. Para o Brasil constatou-se que apesar de o país se encontrar em processo de crescimento para os índices de capital humano, ainda assim, se apresenta como um ganho pequeno, sendo necessárias medidas importantes para garantia de melhores resultados.

Palavras-chave: educação; capital humano; crescimento econômico.

ABSTRACT

Education today has been a fundamental tool in a world of constant transformations, and continues to be studied from different perspectives. For the present work, education is present as a component of human capital in an approach on its relevance for economic growth. The study consists of a literature review on the subject, presenting reflections of several theorists on the role of education for the economy. A panorama of the Brazilian economy under the influence of human capital in the period from 2004 to 2019 was carried out through reports prepared by the World Bank and data from PNAD 2015. Based on the analyzes raised, a positive relationship between education and economic growth was pointed out. For Brazil, it was found that although the country is in a process of growth for human capital indices, even so, it presents itself as a small gain, requiring important measures to guarantee better results.

Keywords: education; human capital; economic growth.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Capital Humano por Região de 2007 a 2019	26
Gráfico 2 – PIB per capita em termos de porcentagem dos EUA: Brasil e países selecionados, PPC, 1990-2016	28
Gráfico 3 – Em média, a PTF volátil não contribuiu para o crescimento do PIB entre 1996 e 2015	29
Gráfico 4 – Educação como vantagem	30
Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade Brasil-2004/2015	31
Gráfico 6 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade Brasil-2004/2015	32
Gráfico 7 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões-2004/2015	33
Gráfico 8 – Retornos de escolaridade e experiência	34
Gráfico 9 – Retornos de escolaridade por nível de educação	35
Gráfico 10– Taxa de desemprego, 2004-2015	36
Gráfico 11 – População ocupada e participação no emprego formal por faixas de idade	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	Capital Humano - Concepção	14
2.2	Teoria do Capital Humano	16
2.3	Educação como Capital Humano	18
2.4	Educação e Crescimento Econômico	20
2.5	Estudos Empíricos	22
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	25
3.1	Base de dados utilizados	25
4	RESULTADOS	26
4.1	PIB (Produto Interno Bruto)	27
4.2	Educação	30
4.3	Mercado de Trabalho	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Desenvolver o capital humano de um país traz benefícios infindáveis para o seu crescimento. Hanushek e Kimko (2000) indicam uma ligação entre qualidade da educação e aumento da renda *per capita* e encontram evidências que o crescimento econômico ocorre de acordo com a qualidade do capital humano, já que está relacionada à produtividade do indivíduo (HANUSHEK e KINKO, 2000 *apud* FIGUEIREDO e NAKABASHI, 2005).

Já em *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1985), o autor postulava que o conhecimento que o trabalhador adquiria era comparado a uma ferramenta que aumentava sua eficiência, ideia que virou o cerne para o surgimento da Teoria do Capital Humano.

A Teoria do Capital Humano, em suas concepções gerais consolida a Educação como base de melhoria do bem-estar da sociedade, bem como de enriquecimento de uma nação, por intermédio do acúmulo do conhecimento. Numa realidade tão complexa, de disparidades que a sociedade se encontra, investir em capital humano tem sido uma possibilidade de reduzir as desigualdades (CABRAL *et al*, 2016).

Desenvolver-se economicamente é do interesse de toda nação, então a busca para garantir esse progresso se torna constante. Nessa perspectiva o conhecimento se faz presente como mecanismo impulsionador de produtividade, logo, de riqueza. A quantidade de conhecimento, conseguido pela educação e qualificação é que proverá os subsídios necessários para suprir as necessidades econômicas e sociais.

Por isso é tão pertinente trabalhar o assunto em questão, contribuindo com a discussão que envolve o crescimento econômico, que é um tema tão inquietante no cenário mundial. É essencial desenvolver análises que abarquem essa temática, de forma a compreendê-la melhor, sanando possíveis questionamentos.

O presente trabalho teve como objetivo mostrar a relevância do capital humano, sob a perspectiva da educação, para o crescimento econômico do Brasil, mediante uma análise qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. O estudo se valeu de uma análise do nível de capital humano do país e sua influência para a produtividade, por meio de dados do Banco Mundial, compreendendo o período de 2007-2019 e de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período de 2004-2015.

Estudar a concentração de capital humano no Brasil é muito importante, pois o país, apesar de rico e de estar em processo de ascensão ainda apresenta muitos problemas de ordem social e econômica, como alta concentração de renda, desigualdade social, baixo nível de educação, entre outros, que podem ser melhor compreendidos a partir do entendimento da

variação do componente capital humano, permitindo, desse modo, definir possíveis medidas para solucionar essas dificuldades.

O trabalho está organizado em 5 seções, iniciando por esta introdução. Na segunda seção é feita uma abordagem geral sobre o tema, discorrendo sobre o olhar de diversos autores, de forma a compreender melhor o assunto tratado. Na terceira seção é referido a metodologia aplicada no decorrer do estudo, que valeu-se de pesquisa bibliográfica e análises de dados. Na quarta seção foram apresentados os resultados, com base nos dados avaliados. E para finalizar, a quinta seção traz as conclusões relacionadas aos resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda a amplitude do tema capital humano, desde sua concepção, o seu desenvolvimento e como se tornou ferramenta de importância para a sociedade e economia.

2.1 Capital Humano - Concepção

O crescimento econômico sempre foi tema de estudo para os teóricos da Ciência Econômica, tendo por interesse entender os fatores que contribuem para esse fenômeno. São variadas as pesquisas que difundem o papel do capital humano no desenvolvimento da economia, principalmente sob o aspecto da educação.

Schutz (1962) foi um dos principais economistas a abordar essa correlação entre capital humano e crescimento econômico. Para ele é a partir desse fator que é possível a compreensão do desenvolvimento econômico.

Schutz (1973) destaca duas maneiras de dimensionar o capital humano entre regiões: quantitativa e qualitativa. Por quantitativa pode-se associar ao trabalho das pessoas mensurado a partir do total de horas trabalhadas. Ao aspecto qualitativo é relacionado ao conhecimento e às capacidades do indivíduo que influenciam sua produtividade. O autor tende a utilizar um conjunto de fatores objetivando compreender como se dá a formação do capital econômico, para isso ele aponta cinco categorias de maior relevância: recursos referentes à saúde e serviços; treinamentos em local de trabalho; educação formal organizada nos três níveis – elementar, secundário e elevado; programas de estudos para adultos; migração (indivíduos e famílias). Para medir o nível de capital humano, relativo à educação ele leva em consideração anos de estudos e custos de educação.

Para enfatizar o termo capital humano Blaug (1975) cita Adam Smith (1776), em *A Riqueza das Nações*:

Quando se constrói qualquer máquina dispendiosa, é de esperar que o trabalho extraordinário a ser executado por ela substitua o capital que nela se inverteu, com, pelo menos, os lucros ordinários. Um homem educado a custo de muito trabalho e tempo para qualquer desses empregos que requerem extraordinária destreza e habilidade pode ser comparado a uma dessas máquinas dispendiosas. É de esperar que o trabalho que ele aprende a executar, muito acima dos salários usuais do

trabalho comum, o indenize de todas as despesas que teve com sua educação, rendendo, pelo menos os lucros ordinários de um capital de igual valor. Mais ainda, deverá fazê-lo num espaço de tempo razoável, levando-se em conta a duração muito incerta da vida humana, do mesmo modo que se leva em conta a duração mais certa da máquina. A diferença entre o salário do trabalho especializado e o salário do trabalho comum assenta sobre este princípio (SMITH apud BLAUG, 1975, p.2)

Trata-se de comparar um homem educado e instruído a uma máquina, sendo assim, educação e treinamento são investimentos em capital humano.

Para Becker (1993) o capital humano é todo tipo de capacidade que o indivíduo pode adquirir por meio de acumulação de conhecimento e que tende a ser usada para produzir riqueza. O acúmulo desse capital poderá influenciar a economia de variadas maneiras, gerando produtividade e lucros, fornecendo um elevado aprendizado, ao mesmo tempo, aptidões à população, e poderá solucionar problemas de desigualdade entre indivíduos e regiões, beneficiando a sociedade por completa. Segundo o autor, o capital humano é composto de investimentos, que tem por finalidade aumentar eficiência e grau de conhecimento, adquiridos ao longo do tempo, sendo intermediado principalmente pelo nível educacional. Os principais agentes formadores do capital humano são saúde, migração e educação.

É atribuído ao referido autor a concepção de que as pessoas adquirem sua qualificação numa forma consciente de investimento.

Nakabashi e Figueiredo (2005) dão destaque à importância do capital humano sobre o nível de renda e sobre a taxa de crescimento. A introdução do capital humano na análise econômica foi motivada inicialmente pela preocupação em entender a dinâmica de distribuição de renda entre as pessoas. O capital humano é apontado como um elemento importante para o progresso tecnológico que, por sua vez, é o principal fator a determinar o crescimento e o rendimento dos trabalhadores, no longo prazo.

O capital humano é algo que não pode ser visto, somente se observam seus efeitos externos e internos. Ao aspecto interno os efeitos se referem especificamente às pessoas detentoras do capital humano, o que diz respeito aos benefícios conseguidos através da sua formação e experiência profissional. Os efeitos externos abarcam toda uma sociedade, sendo observadas a partir do nível médio de escolaridade de um país e do comportamento do seu crescimento. Os efeitos internos são quase sempre para benefício individual e refletem no rendimento futuro do usuário (TEIXEIRA, 2009).

Em Cabral *et al* (2016) por capital humano entende-se o investimento que uma

nação e sua população fazem a fim de obter retornos futuros. Sob o olhar da macroeconomia investir no fator humano é um meio para superar o atraso econômico e aumentar a produtividade. Essa relação aconteceria de forma que para um acréscimo marginal de escolaridade obtém-se um acréscimo marginal de produtividade; para uma dada produtividade marginal corresponde uma renda marginal, assim a educação é um eficiente meio de distribuição de renda e de igualdade social. O cálculo de rentabilidade se dá pela diferença da renda provável das pessoas escolarizadas e das não escolarizadas.

2.2 Teoria do Capital Humano

A Teoria do Capital Humano foi desenvolvida nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1960. A teoria é um dos mais conhecidos enfoques da economia que relaciona o sistema econômico ao sistema educacional. Congrega valores alcançados pelo indivíduo através da escolaridade, qualificação e outros tipos de investimentos que trazem bem-estar e produtividade à sociedade. Seu principal benefício para abordagem do crescimento foi trazer a ideia de que o investimento em pessoas é essencial para o bom funcionamento da economia.

O desenvolvimento da Teoria do Capital Humano (TCH) é resultado do trabalho de pesquisa de alguns autores, dos quais os precursores foram Mincer (1958), Becker (1962) e Schultz (1964). Foi por meio de seus esforços que houve uma ruptura com a postura tradicional da Educação sendo pensada somente como um bem de consumo, trazendo-a a ser pensada também como um investimento.

Foi com Mincer (1958) que se estabeleceu a ideia do capital humano como meio explicativo para a desigualdade de renda. Dele partiu o argumento de que educação e treinamentos são os propulsores da distribuição de renda. Com suas colaborações nesse sentido o autor ajudou no desenvolvimento de pesquisas sobre o capital humano.

Since, under our assumptions, intra-occupational differentials are a function of age only, the statement that life-paths of earnings are steeper for the more highlytrained groups of workers means that income differences between any two members of such a group differing in age are greater than income differences between their contemporaries in an occupational group requiring less training (Mincer, 1958, p.288).

Para o autor investir em capital humano é o diferencial para o nível de renda do trabalhador, quanto mais treinado, mais ganhos o trabalhador terá em ocupações distintas.

Schultz (1964) defende o capital humano como o maior responsável pelo processo do crescimento econômico. Então a capacitação da população provindos de investimentos em educação torna os trabalhadores mais produtivos, possibilita maiores lucros aos capitalistas, beneficiando a economia por inteira.

O autor supracitado enfatiza que ampliando as habilidades adquiridas dos indivíduos é garantido a produtividade futura:

a essência do meu argumento é que o investimento em qualidade da população e em conhecimento determina, em grande parte, as futuras perspectivas da humanidade. Quando estes investimentos são levados em conta, os presságios concernentes ao esgotamento dos recursos físicos da Terra precisam ser rejeitados. Uma realização decididamente favorável de muitos países de baixa renda durante as últimas décadas é seu investimento em qualidade da população. O investimento em pesquisas, especialmente em pesquisas agrícolas, também tem se saído bem (Schultz, 1987, p.11).

Becker (1964) relaciona o capital humano à capacidade produtiva da pessoa, alcançada por meio de acumulação de conhecimento. É pelo conhecimento que serão desenvolvidas habilidades capazes de fomentar o desenvolvimento da economia.

Blaug (1985) atrela a TCH a um programa de pesquisa, já que é muito abrangente e para ele é impossível associá-la a uma só teoria. É um programa que se baseia na ideia de que o gasto que o indivíduo faz em si não é apenas pensando em usufruir do momento atual, mas pensando em ganhos futuros.

Com a TCH surgiram novas perspectivas de perceber o valor do elemento humano, trazendo a concepção das relações trabalhistas para outro patamar de análise. Somado à tendência da década de 1960, de medir taxas de retornos educacionais, abriu um leque de novas possibilidades de estudos. A educação, vista agora como um investimento, propulsora de desenvolvimento, pode ser dimensionada para diagnosticar custo-benefício e níveis de bem-estar no âmbito social e privado dos países.

Complementando a temática capital humano Bayer (2011) comenta que as muitas

mudanças existentes na atualidade em prol de uma sociedade cada vez mais avançada em nível tecnológico trazem importantes preocupações que até então não eram tão relevantes. O capital humano na contemporaneidade tem se tornado uma prioridade aos países, em especial aos ditos industrializados que vem de forma gradual dando importância ao conhecimento e a educação, bem como à inovação como elementos estratégicos para o desenvolvimento. Assim, a Teoria do Capital Humano se enquadra nesse movimento como aporte de mudanças tecnológicas, se destacando como parâmetro de desenvolvimento econômico em nível mundial.

Segundo Ayres (2018) a TCH postula que assim como quem investe em máquina, ao investir em educação também haverá custos monetários e de oportunidade, almejando uma compensação futura. Ele cita Schultz (1973) e sua descrença em situações em que a educação é tratada como consumo e não investimento:

Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui investimento em capital humano. Os gastos diretos com educação [e] com saúde [...] Os rendimentos auferidos, por destinação prévia, por estudantes amadurecidos que vão à escola e por trabalhadores que se propõem a adquirir um treinamento no local de trabalho são igualmente claros exemplos. Não obstante, em lugar alguns tais fatos entram nos registros contábeis nacionais.” (Schultz apud Ayres , 2018, p. 30)

2.3 Educação como Capital Humano

Em Schultz (1964) o investimento básico no indivíduo é feito através da educação, que contribui para aumentar a produtividade. Ele destaca que as diferenças de salários recebidos pelos trabalhadores são motivadas pelas variações de capitais investidos na população, ou seja, a longo prazo, investimento em saúde, no grau de instrução e em treinamentos determinarão os salários do trabalhador. Se existisse uma distribuição mais equilibrada de investimento no capital humano resultaria na redução das desigualdades de distribuição de renda da população.

Mesmo diante de possíveis benefícios que a escolaridade pode proporcionar é importante frisar seu custo de oportunidade. Segundo Schultz (1964) é o custo de deixar de

ser remunerado no momento presente, para buscar estudar, se capacitar, almejando a chance de obter uma melhor remuneração futura.

Por mais que a educação quando consumida satisfaça o indivíduo no momento do seu uso, ela prevalecerá como investimento, pois capacitará o utilizador prevendo uma satisfação futura em ganhos de produtividade e rendimento, assim como especifica Schultz:

parte sua é um bem de consumo aparentado com os convencionais bens duráveis do consumidor, e outra parte é um bem de produtor. Proponho, por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar as suas consequências como uma forma de capital. (Shultz, 1973, p.79)

Nesse mesmo contexto Blaug (1975) também associava a educação a benefícios nos rendimentos do trabalhador, indicando a existência de diferentes proporções de rendimentos entre indivíduos de mesma idade, mas com grau de escolaridade diferentes. Ou seja, quanto mais educação o indivíduo receber, maior será seu rendimento.

Por mais que muitos teóricos do capital humano defendam a tese da educação como investimento, existe uma grande discussão acerca desta posição, pois muitos a consideram como consumo.

Para Blaug (1975) ela pode ser identificada de duas formas:

A educação é quase sempre ao mesmo tempo investimento e consumo, não só no sentido de que um dado tipo de educação, em determinado país, pode contribuir para aumentar a renda futura enquanto outro tipo de educação, no mesmo país, não tem tal efeito, mas o mesmo quantum de educação, digamos um ano de aprendizado escolar para determinado indivíduo, invariavelmente possui aspecto tanto de consumo quanto de investimento. (BLAUG, 1975, p. 20).

O investimento em educação tem por finalidade ampliar o nível de conhecimento e do potencial produtivo de uma população, dessa forma, é essencial para incrementar o fator trabalho, melhorando a renda.

Para Barros, Henriques e Mendonça (1997) os impactos de investimentos na educação não beneficiam somente aqueles que se educam, são os chamados efeitos privados da educação, mas também aqueles que os rodeiam, proporcionando-os bem-estar. Impacta de forma positiva a produtividade, aumenta a expectativa de vida das pessoas, já que têm mais recursos disponíveis, influencia na redução da família, pois declina o número de filhos e aumenta a qualidade de vida destes, favorecendo a queda da pobreza futura. Acredita-se que as externalidades geradas pela educação podem superar os efeitos privados, no entanto, são poucos conhecidos e difíceis de serem estimados.

Keynes (1999) tem a educação como um bem de consumo, pois resulta em gastos para as famílias e para o governo. Para ele, o bem ou serviço é definido por consumo ou investimento de acordo com quem o adquire. Assim, ele define os bens adquiridos pelas famílias como bem de consumo, e os bens adquiridos pela empresa como investimento.

Para Almeida e Pereira (2000) a melhoria do nível de qualificação dos trabalhadores, seja por meio de educação ou desenvolvimento de habilidades através de treinamentos, são fatores importantíssimos para o crescimento econômico. A distribuição de capital humano tem sido um método favorável à eliminação da pobreza e dos diferenciais de renda, desse modo, contribui com a redução das desigualdades sociais e atenua as divergências entre regiões, uniformizando o processo de desenvolvimento entre estas.

2.4 Educação e Crescimento Econômico

Foi com Schultz (1962) que iniciou a discussão sobre o papel da educação como determinante para o aumento de produtividade. Acumular capital humano tornou-se imprescindível para aguçar a economia. Em estudos de Shultz (1973) para análise do valor econômico da educação são identificadas evidências que apontam que o nível de educação está ligado ao aumento de rendimento do trabalhador e do país. O que tornaria a educação um meio para reduzir as desigualdades econômicas.

Segundo Sheehan (1975) o investimento em educação é condição necessária para o crescimento econômico, no entanto, medir a educação como investimento é uma tarefa difícil, pois ao contrário do capital físico, a educação não tem uma existência independente, estará sempre incorporada aos indivíduos. Enquanto o capital físico pode ser mensurado e identificado, a educação tem como característica intangibilidade e imensurabilidade, somado a isso sua natureza de longo prazo também dificulta sua estimação.

Quanto maior o foco na educação, maior a eficiência produtiva do trabalhador, que refletirá diretamente na elevação da renda do mesmo, que por consequência melhorará sua condição de vida, seu bem-estar. É uma afirmativa que muitos autores concordam. Schultz (1987) ratifica que atributos adquiridos pelas pessoas com conhecimentos adequados são o ponto fundamental para futura produtividade econômica. É o capital humano que determinará as futuras perspectivas da humanidade. É por intermédio do conhecimento que a vida de todos, em especial, os mais pobres, melhorará, pois ao mirar nos mais desprovidos, dando-lhes assistência no período de infância, proporcionando um ambiente de aprendizado, dando suporte para se alcançar um trabalho decente, trará um resultado significativo nas condições de vida da população em geral. Além do mais, provendo boas condições de existência à sociedade tornará as pessoas mais conscientes em todos os sentidos, seja no aspecto da saúde, se cuidando contra doenças, ou no aspecto político, fazendo um bom papel de cidadãos que vivem conscientes democraticamente.

Nesses termos é possível reconhecer a educação como impulsora de saberes, induzindo o preparo da população. No momento presente, de ambiente modernizado e de aperfeiçoamento técnico, há uma demanda cada vez maior por pessoas qualificadas. Esse avanço tecnológico torna a educação um elemento primordial para se alcançar o desenvolvimento, e é ela que suprirá as necessidades dessa evolução.

Corroborando com esse pensamento Barros, Henriques e Mendonça (2002) apontam:

A sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada a velocidade e a continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de 'ativo não-transferível' faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos. Além disso, devemos observar que a educação é um ativo que pode ser reproduzido e geralmente é ofertado a população pobre por intermédio da esfera pública. Essas duas vias de transmissão, portanto, tornam transparente que, do ponto de vista econômico, a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza. (Barros, Henrique e Mendonça, 2002, p.6)

O desenvolvimento econômico, definido como um processo caracterizado pelo acúmulo de capital humano consiste no aumento de produtividade e renda das pessoas. É um fenômeno histórico, resultante de uma estrutura econômica e social em constantes mudanças, originada num sistema capitalista de burguesia e capital físico, mas que cada vez mais tem se tornado um capitalismo do conhecimento. Somente com o capitalismo conceitos como produtividade, inovação, taxa de lucro, trabalho assalariado, consumo, passaram a fazer sentido. (BRESSER-PEREIRA, 2006)

Em Dalpiaz *et al.* (2016) a educação como integrante do capital humano está diretamente unida ao processo de inovação. Uma população quando beneficiada com uma educação eficiente tanto estará mais apta para inovar quanto para absorver com maior facilidade as inovações e mudanças tecnológicas.

2.5 Estudos Empíricos

Muitos autores buscam identificar qual a contribuição do capital humano para o desenvolvimento da sociedade, nesse sentido, Dias *et al* (2013) procurou em sua pesquisa mensurar as taxas de retorno de escolaridade em todos os estados brasileiros e indicar em que grau de escolaridade estes retornos crescentes ocorrem para os sexos masculino e feminino. O modelo teórico escolhido para seu trabalho foi o modelo de Heckman (1974, 1979), que apresenta a maneira acertada para medir os ganhos provenientes de um ano a mais de escolaridade. A partir da estimativa desse modelo é possível testar as características dos retornos dos estados e do país.

Para tanto, a metodologia de sua pesquisa integra a estimativa de uma função minceriana, onde é considerado o salário por hora trabalhada, distinguindo os sexos entre os trabalhadores. Os dados que compõem o seu estudo são provenientes da PNAD 2009 do IBGE.

Para a escolaridade média do país para o período analisado foi indicado que, na média, os brasileiros possuem ensino fundamental completo e as mulheres apresentam escolaridade média superior aos homens. A partir da metodologia aplicada obteve-se os resultados de regressão para o país e para os sexos.

Os estados, em sua maioria, apresentaram retornos crescentes por nível de

escolaridade. Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram retornos crescentes em todos os estados. No Nordeste, somente AL indicou taxa de retorno da educação constante. E Norte apresentou maior número de estados com taxas de retornos constantes.

Com o trabalho finalizado Dias *et al* (2013) observou para o Brasil e para a maioria dos estados brasileiros taxas de retornos crescentes a contar de 4 anos de escolaridade.

Queiroz e Calazans (2016) estudam os efeitos da concentração de mão de obra qualificada para o nível de rendimento e retorno de escolaridade no Brasil, e investigam se os ganhos beneficiam todos os trabalhadores de forma igual ou se estão restritos somente a um grupo, assim, analisam se os retornos da educação são homogêneos. O estudo compreende o período de 1980, 1991 e 2000, a partir de dados do Censo Demográfico (IBGE), que permitiram analisar os mercados locais do país. A hipótese do estudo consiste na ideia de que localidades com maior número de trabalhadores qualificados apresentam rendimentos mais elevados, com maiores taxas de retorno da educação.

A pesquisa dos autores supracitados consistiu em duas etapas, primeiramente foi feita uma análise em nível agregado, avaliando os efeitos da educação na renda do município, depois foi estimado o efeito da educação local e da educação individual no salário de cada pessoa. Para a análise foi feito uso de um instrumento desenvolvido por Moretti (2004), onde se estima o potencial número de pessoas qualificadas no mercado de trabalho. Foram utilizadas variáveis de rendimento e nível de escolaridade, além de variáveis como sexo, idade, raça, moradia e demais variáveis relacionadas à migração. O estoque de capital humano de cada localidade foi indicado pelo número de pessoas com nível superior, em algumas situações a análise foi realizada com pessoas com segundo grau completo.

O método de estimação usado no trabalho foi o Mínimos Quadrados Ordinários e para as estimativas do impacto da concentração de capital humano nos retornos individuais de educação foi utilizado o método de regressões quantílicas.

Assim, constatou-se pelos resultados que a educação beneficia a todos, porém para os locais que possuem maior número de trabalhadores com grau de educação maior, os salários eram, em média, maiores. Indicou ainda que uma concentração de capital humano favorece bem mais uma mão de obra qualificada em detrimento da menos qualificada.

Costa *et al* (2017) apresenta uma análise que compreende uma associação dos níveis de capital humano ao desenvolvimento econômico de 496 municípios do Rio Grande do Sul. Foi utilizado para isso um método composto por técnicas de estatística multivariada, composta por Análise Fatorial Exploratória, que investiga a relação entre desenvolvimento

econômico e capital humano (técnica quantitativa de interdependência) e Análise de Conglomerados, técnica quantitativa que agrupa objetos com características em comum. O objetivo do estudo foi verificar se os níveis de desenvolvimento econômico e bem-estar social estão associados à formação de capital humano. Para isso, foi estudado a relação entre os indicadores de renda, longevidade e educação. Partindo da hipótese de que existe correlação entre níveis de educação formal e de desenvolvimento econômico, a pesquisa foi sustentada a partir das contribuições de alguns autores como, por exemplo, Shultz (1973, 1987); Neri (2000); Côté (2001), entre outros. Para o estudo foram utilizadas variáveis coletadas do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), que explicam a concentração de renda, nível de educação e saúde, pobreza e trabalho formal.

A partir da Análise Fatorial Exploratória verifica-se aspectos relacionados à renda, educação e saúde. O fator apresenta um padrão de dados que interliga uma educação precária ao nível de pobreza, foi possível também observar o trabalho informal associado à concentração de renda e disposição à pobreza.

Pela Análise de Conglomerados foi possível agregar municípios caracterizados por médio, elevado e baixo níveis de capital humano e de desenvolvimento econômico.

O município com menor índice de pobreza foi também o de maior índice de renda e menor taxa de analfabetismo. Os municípios com maior percentual de pobreza apresentaram maior percentual de analfabetismo, logo, seu nível de capital humano e de desenvolvimento ficou abaixo da média.

A partir dos resultados obtidos Costa *et al* (2017) constatou uma relação positiva e direta entre os níveis de educação formal e os níveis elevados de renda e de desenvolvimento econômico da região.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Esta seção tem por finalidade apresentar a metodologia utilizada na elaboração deste trabalho, que caracteriza-se por um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Para seu desenvolvimento foi realizado uma revisão de literatura, analisando uma série de estudos existentes sobre o tema tratado, por meio de artigos científicos, dissertações e teses, além de relatórios e dados de instituições renomadas. A partir do material analisado foi possível abordar o tema sob perspectivas de vários autores, e contribuir de forma concisa com o objetivo do presente trabalho, de relacionar o capital humano ao crescimento econômico.

3.1. Bases de dados utilizados

Para fundamentação do tema proposto foi feita uma revisão de literatura, a partir de uma pesquisa exploratória. E para complementação e melhor embasamento do estudo foram utilizados dados concernentes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística obtidos pela Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios – PNAD 2015 e relatórios elaborados pelo Banco Mundial: Relatório do Capital Humano Brasileiro – Investindo em pessoas (2022), que consiste na análise do nível de capital humano no país no período de 2007 a 2019; Competências e Empregos: uma agenda para a juventude (2018), é um relatório que apresenta os desafios que os jovens enfrentam no mercado de trabalho; Emprego e Crescimento: a agenda da produtividade (2018) é um relatório que estuda alguns dos fatores relacionados a baixa produtividade do Brasil.

4 RESULTADOS

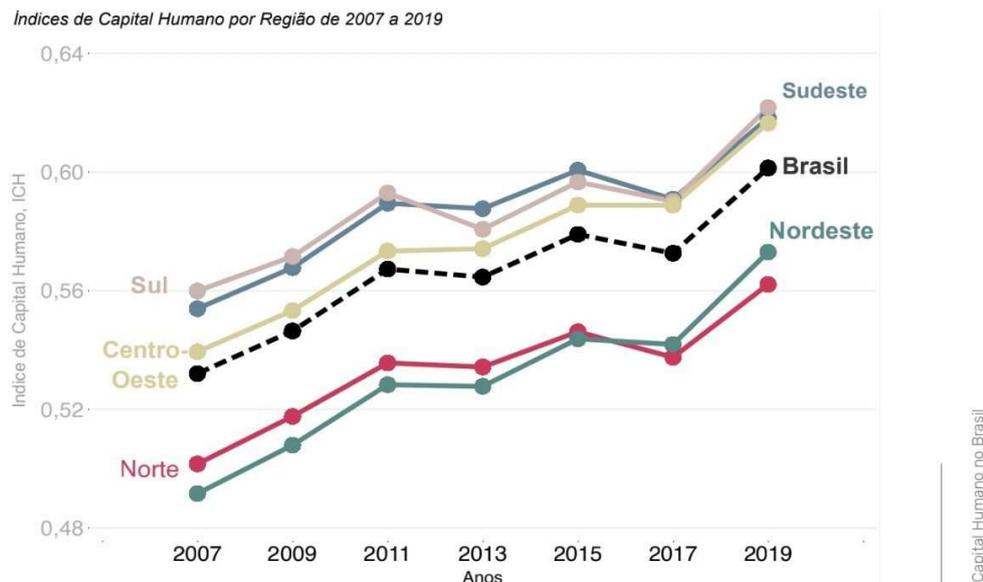
Esta seção tem por finalidade apresentar uma análise entre a influência do capital humano e o crescimento econômico no Brasil. Para isso, foram explorados Relatórios elaborados pelo Banco Mundial: Relatório do Capital Humano – Investindo em pessoas (2022); Competências e Empregos: uma agenda para juventude (2018); Emprego e Crescimento: a agenda da produtividade (2018). E para dar auxílio ao estudo foram também utilizados dados levantados pela PNAD 2015, que abrangem o período de 2004-2015.

O Relatório de Capital Humano Brasileiro do Banco Mundial consiste em medir o capital humano no país no período de 2007-2019 através do Índice de Capital Humano (ICH). O índice é composto por três segmentos: sobrevivência infantil, saúde e educação e tem por objetivo apresentar as condições de formação de habilidades durante o ciclo de vida do indivíduo, em conformidade com estes segmentos.

Para o presente trabalho o foco será sobre o segmento educação, onde serão apontados alguns indicadores relacionados ao mesmo. Os dados coletados tornam possível a análise do nível de desenvolvimento propiciado pela presença de capital humano no país.

A partir do mapeamento do ICH, em nível municipal, entre 2007 e 2019, foi verificado aumentos gerais, mas de forma concentrada em algumas regiões:

Gráfico 1 – Índices de Capital Humano por Região de 2007-2019



Fonte: Banco Mundial, 2022.

O gráfico se divide em duas partes: regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste acima da

média nacional do ICH; regiões Norte e Nordeste abaixo da média nacional do ICH. O grupo de regiões que estão com o índice mais elevado apresentam em 2007 índices de aproximadamente 55 por cento, atingindo em 2019 62 por cento, significando um ganho para o índice. Centro-Oeste foi a região que mais cresceu.

Segundo o Banco Mundial (2022) a educação foi responsável por dois terços da variação do ICH no Brasil em 2019, o que mostra que ela tem crescido e contribuído para a acumulação de capital humano do país. É um resultado que deixa evidente a importância do investimento no sistema educacional.

Para dar o devido destaque ao quanto é importante que o Brasil invista em recursos que tragam o aumento de conhecimento Melo (2010) ressalta:

na atualidade, caminha-se para uma percepção convergente em nível internacional de que a competitividade de qualquer nação depende de sua capacidade de produzir e utilizar novos conhecimentos. Por isso, a maioria dos países investe recursos públicos e privados em programas e atividades que buscam produzir novos conhecimentos e gerar inovação (Melo, 2010, p.7).

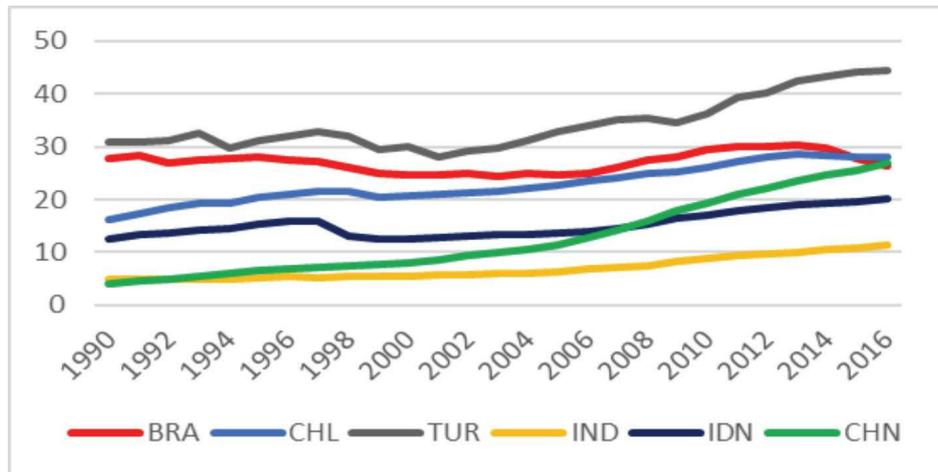
4.1 PIB (Produto Interno Bruto)

Desenvolver sua economia é um dos focos de toda nação. É por meio de avanços econômicos que a população pode usufruir de privilégios como uma vida digna e modernização. Entre vários fatores que contribuem para um bom desempenho econômico está o trabalho, sobretudo, sua força produtiva. Nesse viés ganha destaque as capacidades que o homem possui para executar suas atividades, em especial, as econômicas (CHAVES *et al.*, 2019).

O Brasil nas últimas décadas têm passado por grandes mudanças. Complexidades atingidas pela sociedade e economia tem estimulado a exigência de trabalhadores capacitados. Assim destaca o Banco Mundial (2018b), que o Brasil há algum tempo está inserido em um nível de renda média, mas que tem anseios por mudar essa realidade e elevar esse patamar. O país tem apresentado mudanças estruturais relacionadas ao seu crescimento, mudanças no setor agrícola, um processo de constante urbanização, tem caminhado em prol da valoração da educação, mas que, ainda assim, quando comparado a outro país, como ele cita EUA, sua

renda *per capita*, em termos de paridade do poder de compra, é bem inferior, como é apresentado no gráfico:

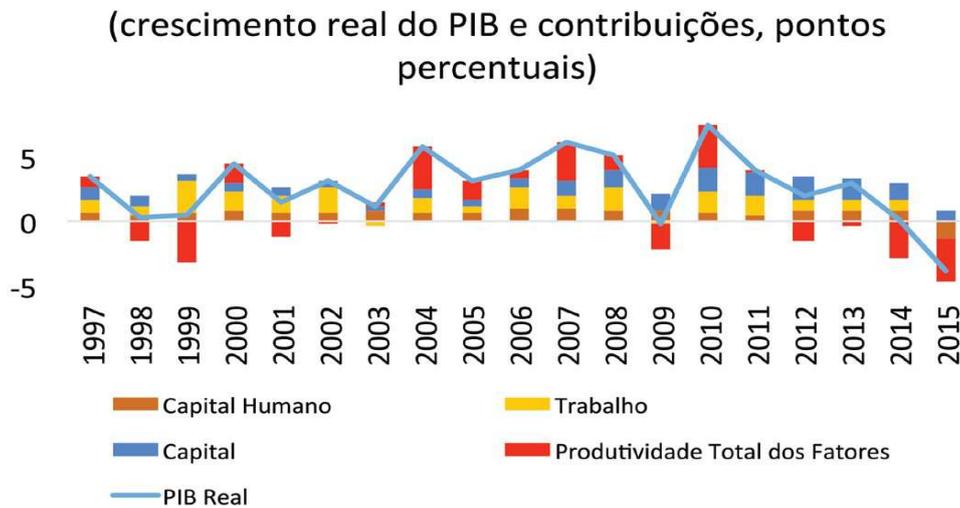
Gráfico 2 – PIB per capita em termos de porcentagem dos EUA: Brasil e pares selecionados, PPC, 1990-2016



Fonte: Banco Mundial, 2018b.

Em relação à produtividade, segundo o Banco Mundial (2018a) o Brasil tem um desempenho não muito bom. Os dados mostram aumentos, mas pequenos, na produtividade de trabalho e seu crescimento de produtividade total dos fatores (PTF) vem caindo. Sendo assim, a PTF não está contribuindo para o crescimento do PIB.

Gráfico 3 – Em média, a produtividade (PTF) volátil não contribuiu para o crescimento do PIB entre 1996 e 2015



Fonte: IBGE, cálculo da equipe do Banco Mundial, 2018b.

Com base nesses resultados é importante frisar que uma das formas de aumentar a renda per capita de um país é através da elevação da produtividade dos trabalhadores, assim, para se alcançar níveis altos de produção e condições que favoreçam o bom funcionamento econômico é necessário que o país capacite sua mão de obra, de forma a promover inovação e desenvolvimento.

Discorrer sobre essa relação entre níveis de crescimento, renda e capital humano ainda segue como sendo um assunto bem atrativo aos pesquisadores. Autores como Mincer (1958), Schultz (1961) e Becker (1962) foram determinantes nessa abordagem. Foram eles que expuseram para o mundo a relevância do fator capital humano para a distribuição de renda e que apresentaram a educação como fonte de aperfeiçoamento do indivíduo, capaz de promover a produtividade do trabalho e lucros aos capitalistas.

Nesse sentido, várias pesquisas relacionadas à economia brasileira foram realizadas, usando indicadores padrões de capital humano. De fato, geralmente são trabalhos que apresentam como resultado evidências que corroboram com a ideia de que o capital humano influencia de forma positiva o crescimento econômico.

Chaves *et al* (2019) cita alguns estudos importantes como de Nakabashi e Salvato

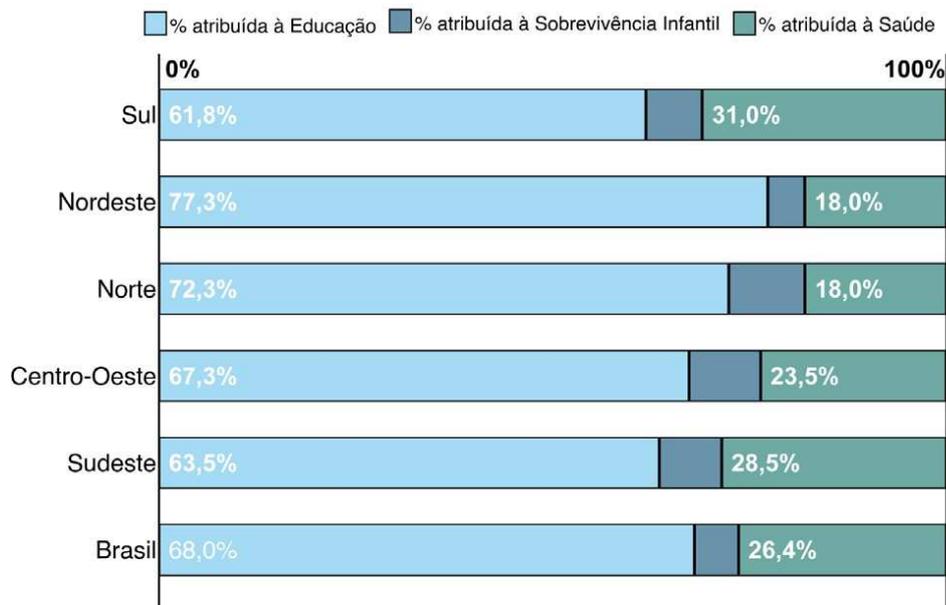
(2007) que usam uma *proxy* para a qualidade do capital humano e uma *proxy* meramente quantitativa para fazer uma comparação entre ambas. Em seus resultados obtiveram que o impacto direto do fator capital humano no nível de renda e de crescimento dos estados brasileiros foi menor em relação a *proxy* quantitativa, porém a significação desse capital humano tendeu para o aumento; Dias *et al* (2013) que teve por objetivo em seu estudo mensurar as taxas de retorno de escolaridade em todos os estados brasileiros, a partir da estimação de funções de capital humano obteve como resultado taxas de retorno crescente no país e para maioria dos estados.

4.2 Educação

A partir do Banco Mundial (2022) constata-se que a educação tem a maior participação da variação do ICH no Brasil, apresentando pouca oscilação entre regiões, o que a torna um componente de alta relevância para a formação de capital humano.

Para análise foi feito a desagregação dos dados por municípios. Como é visto a seguir:

Gráfico 4 – Educação como vantagem



Fonte: Banco Mundial, 2022.

A literatura recente que trata do tema educação é diversa. Muitos estudos apontam a educação como responsável ou solucionadora de muitos problemas existentes na sociedade,

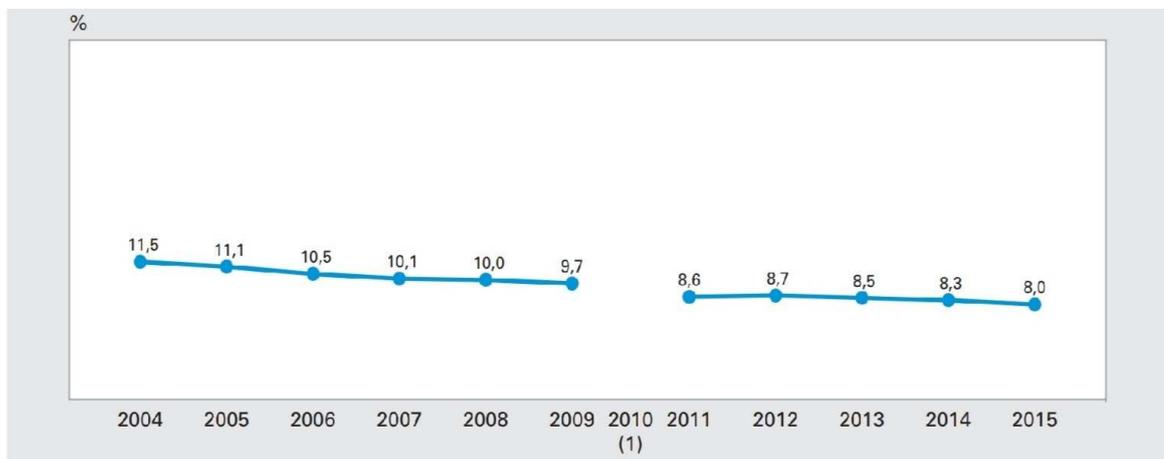
a depender da sua presença ou ausência ou do seu nível de qualidade. No Brasil, ela é motivo preocupante de muitos governantes e da própria população, pois o país tem apresentado números ruins quando se trata da qualidade de ensino, ou quando comparados com outros países ficam abaixo da média.

É um país que apresenta grande índice de desigualdade, como aponta Fernandes e Menezes-Filho (2000), que resulta num sistema excludente, e muitos autores indicam a educação como explicação dessa disparidade.

Como ressalta Langoni (1973) ao frisar que parte do aumento da desigualdade no Brasil no período de 1960 e 1970 foi devido a demanda crescente por trabalhadores qualificados em decorrência da industrialização.

Quando se trata do nível de analfabetismo do país entre pessoas de 15 anos ou mais no período de 2004 a 2015 percebe-se um declínio, como é mostrado no gráfico elaborado pelo IBGE. O início do período em análise apresentava 11,5% (15,3 milhões), em 2014 o indicador era de 8,3% (13,2 milhões), para o ano de 2015 registra uma taxa estimada em 8% (12,9 milhões). O que mostra um progresso nesse aspecto.

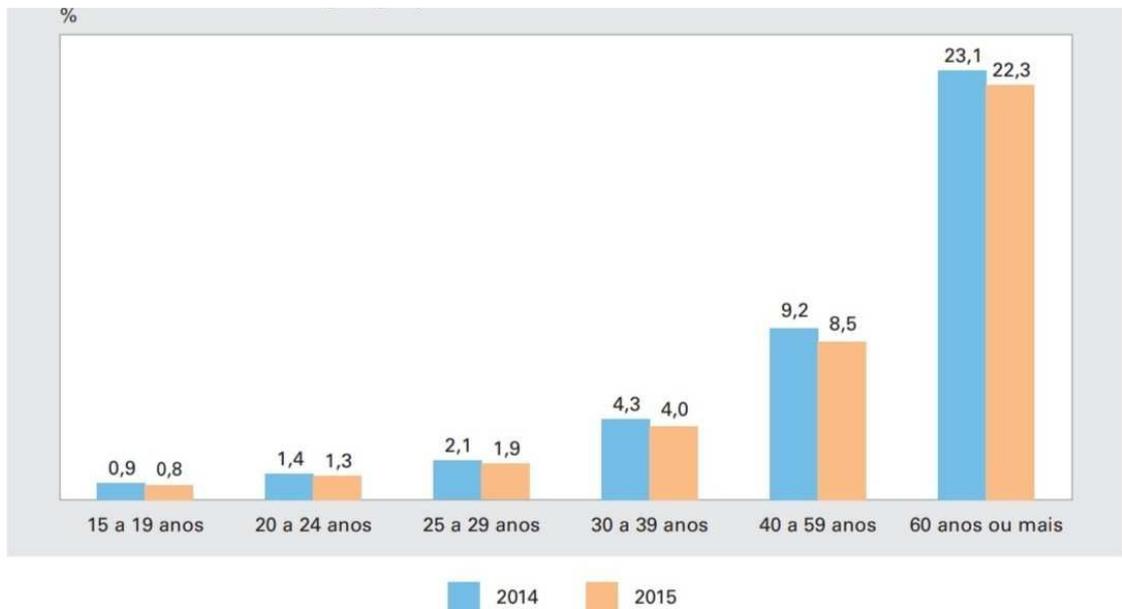
Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15anos ou mais de idade Brasil – 2004/2015



Fonte: IBGE/PNAD 2004-2015

Observa-se que à medida que a idade avança, a taxa de analfabetismo aumenta. Em 2015, entre pessoas de 60 anos ou mais atingiu 22,3%.

Gráfico 6 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade Brasil –2004/2015



Fonte: IBGE/PNAD 2004-2015

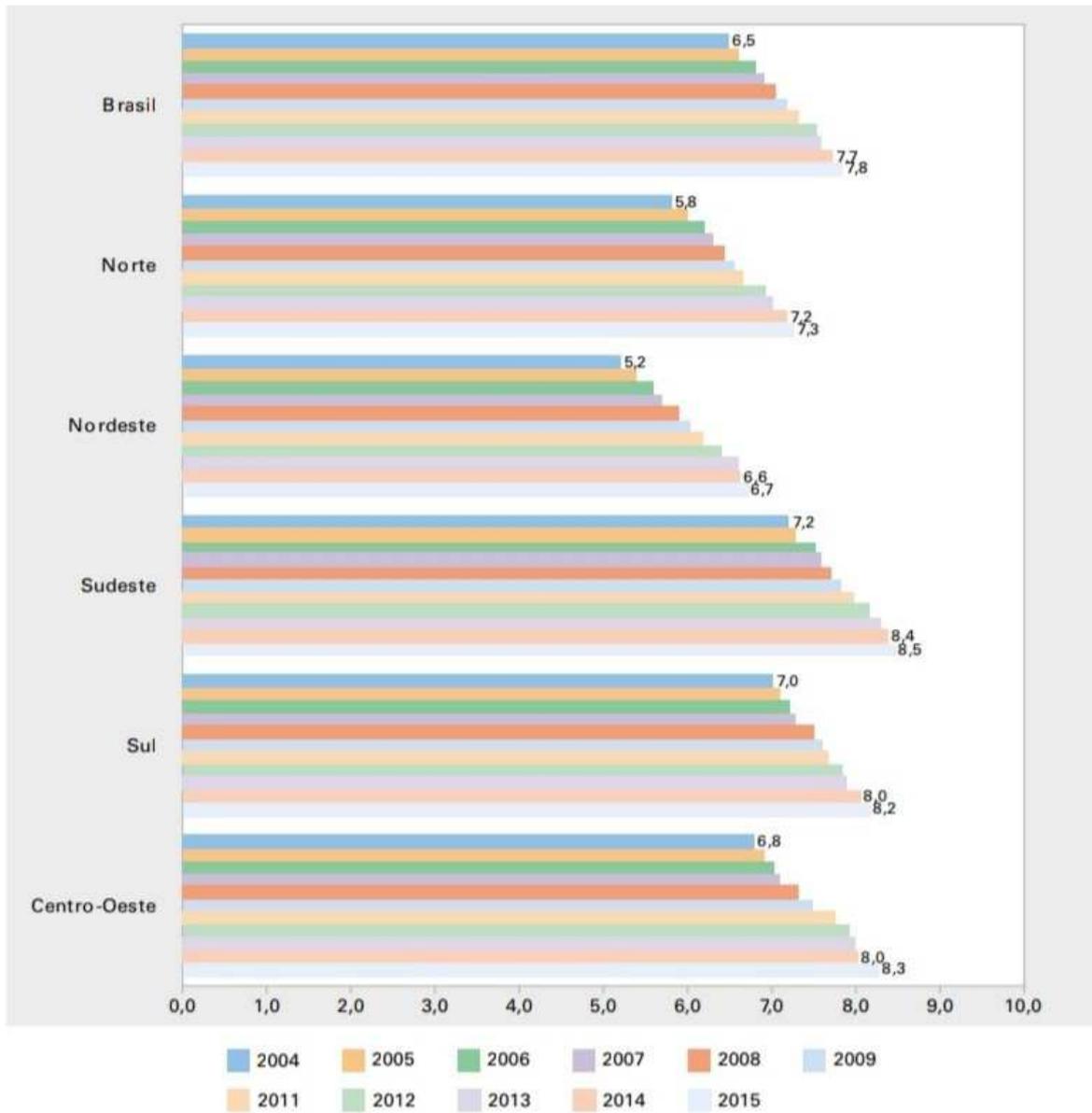
Segundo a PNAD 2015 quando comparado as taxas de analfabetismo em regiões, o Nordeste foi a região a apresentar maior taxa em todos os anos, mas também foi quem mais apresentou redução.

Apesar dos dados apresentarem quedas na taxa de analfabetismo entre os períodos estudados o número de analfabetos permanece como um valor ainda elevado, que demonstra as dificuldades que o Brasil enfrenta nesse aspecto. Fica claro que o sistema educacional brasileiro ainda tem essa grande barreira a superar.

Em estudo realizado por Ferraro e Kreidlow (2004) compreendendo uma análise regional do analfabetismo entre os Censos de 1960 e 2000 foi constatado um caráter de desigualdade entre regiões, desfavorecendo em primeiro lugar o Nordeste, e em seguida, o Norte, mostrando o caráter histórico de desigualdade regional nesse segmento.

Em se tratando de anos de estudos é fato que atualmente no país os jovens concluem mais anos de escolaridade do que as gerações passadas, como destaca o Banco Mundial (2018a). Hoje o Brasil vivencia uma expansão da educação, inclusive na educação superior, como pode ser visualizado no gráfico:

Gráfico 7 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões –2004/2015



Fonte: IGBE/PNAD 2004/2015

O ano de 2015 apresentava uma média em anos de estudos de 7,8 anos, com a região Sudeste apresentando o maior valor (8,5 anos). Ao longo do período de 2004 a 2015, o

indicador mostrou um crescimento em todas as grandes regiões.

Para o Banco Mundial (2018a) ainda que o Brasil esteja avançando com a educação, expandindo-a, o nível de produtividade do trabalho continua abaixo se comparado com muitos dos países-membros da OCDE. Um dos possíveis motivos para explicar esse fato é a baixa qualidade do sistema educacional, que enfrenta uma crise de aprendizagem.

Para acrescentar destaca o Banco Mundial (2022) que o país por apresentar uma qualidade de educação baixa, o aprendizado tende a ser variado, então um ano a mais de estudo resultará em produtividades desiguais.

Para o adicional de remuneração obtido a partir da educação e a experiência no mercado de trabalho é constatado uma queda nos retornos da educação, como é visto a seguir. Esse resultado pode influenciar as pessoas na escolha de investir em educação, no entanto, os retornos para a economia permanecem significativos.

Gráfico 8 – Retornos de escolaridade e experiência

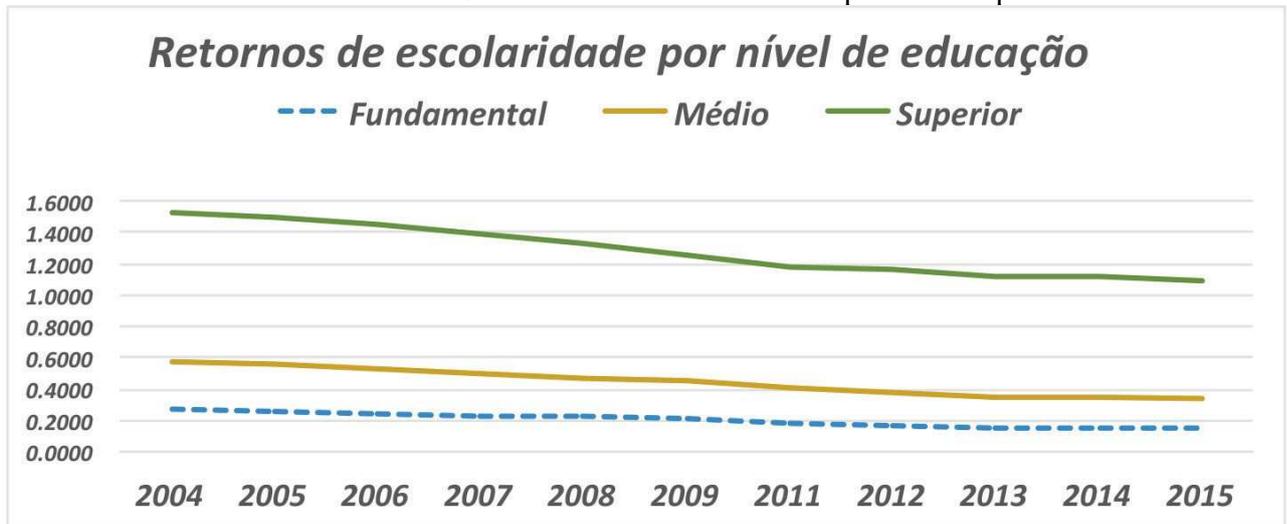


Fonte: Estimativa da equipe do Banco Mundial usando dados da PNAD, 2004-2015.

Diferente do gráfico anterior, o que segue mostra que possuir um nível mais elevado de estudos, como por exemplo, nível superior, influencia bastante nos ganhos futuros, em média o ganho é de 125% (Banco Mundial, 2018^a).

Esse resultado está de acordo com o pensamento de que a qualificação da pessoa motiva o aumento de sua renda, e também reafirma a ideia de que a educação é tida como um dos principais determinantes da desigualdade de renda.

Gráfico 9 – Retornos de escolaridade por nível superior



Fonte: Estimativa da equipe do Banco Mundial usando dados da PNAD, 2004-2015.

Como já discutido neste trabalho e por diversos autores a educação por tornar as pessoas mais qualificadas influenciará seu nível de renda. Como afirma Blaug (1975, p.1) “Em todas as economias que temos notícia, as pessoas que receberam mais educação recebem, em média, rendimentos mais elevados do que aquelas que receberam menos, pelo menos quando se comparam pessoas de mesma idade.” Ou seja, é atribuída a remuneração ao trabalhador conforme o seu nível de instrução.

No estudo realizado por Menezes-Filho (2001) é fácil compreender o quanto a educação pode influenciar a renda de um indivíduo:

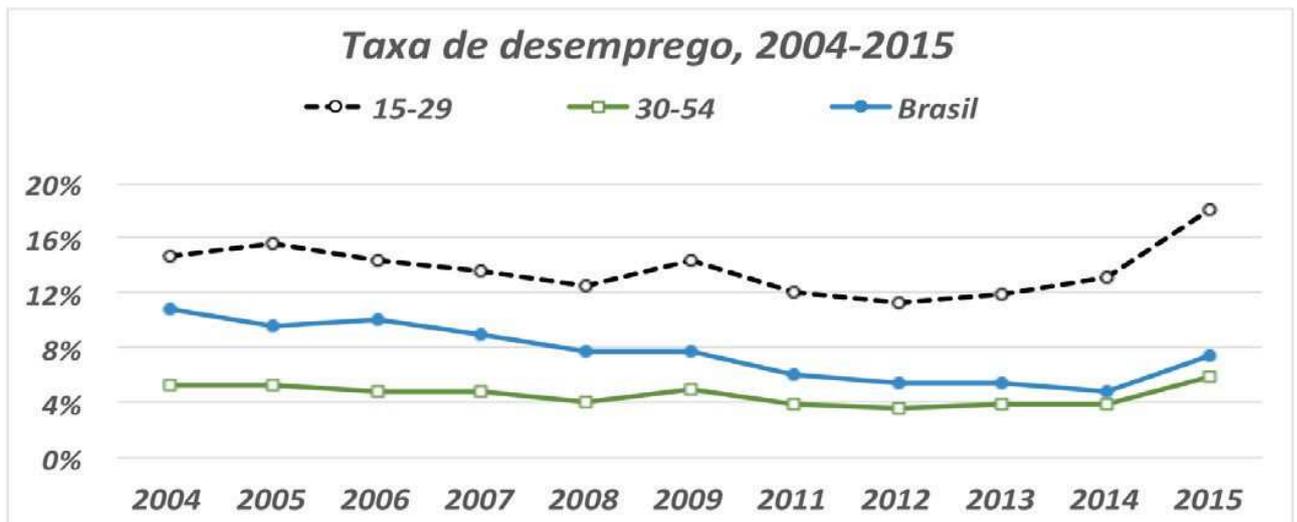
Os números indicam que aqueles com ensino fundamental completo ganham em média três vezes mais que os analfabetos. Além disto, o retorno ao primeiro ano da faculdade (12 anos de estudo) também é bastante elevado, apresentando um ganho salarial de quase 150% com relação ao formado no ensino médio, o que significa um rendimento seis vezes maior que o rendimento médio dos analfabeto. Os indivíduos com ensino superior completo (15/16 anos de estudo) apresentam um rendimento salarial médio quase doze vezes superior ao grupo sem escolaridade e para aqueles com mestrado a diferença é 16 vezes. Não é de se estranhar portanto que a educação seja um dos principais determinantes da desigualdade de renda. (MENEZES-FILHO, 2001, p.23)

4.3 Mercado de Trabalho

No que se refere ao emprego pode-se inferir que produtividade e oportunidades no mercado de trabalho estão totalmente ligadas, como traz o Banco Mundial (2022), e pode ser explicado pela relação entre escolaridade e emprego, já que um ensino de qualidade forma pessoas preparadas para o mercado de trabalho. O Ceará, por exemplo, que hoje é reconhecido por seus avanços no sistema educacional apresentou o maior índice da região Nordeste no Relatório de Capital Humano Brasileiro - Banco Mundial.

No que diz respeito ao nível de desemprego no Brasil ganha visibilidade o desemprego de jovens, que tem apresentado elevadas taxas, com um aumento do crescimento desde 2013.

Gráfico 10 – Taxa de desemprego, 2004-2015

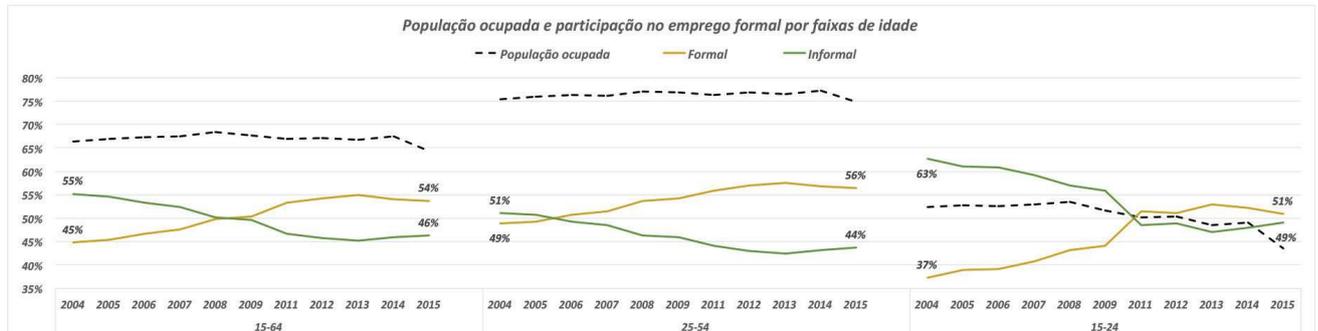


Fonte: Estimativas da equipe do Banco Mundial com base na PNAD, 2004-2015, e IPEAdata, baseado no IBGE/PME.

Uma das possíveis explicações é a inexperiência dos jovens (Banco Mundial, 2018a).

Ganha destaque também o nível de empregos informais, no período de 2004-2015, que tem crescido e ganhado espaço no país e que pode impactar negativamente o capital humano.

Gráfico 11 – População ocupada e participação no emprego formal por faixas de idade



Fonte: Banco Mundial (2018a) usando a PNAD 2015.

Tanto desemprego quanto informalidade são situações que estão atreladas ao nível de qualificação e escolaridade das pessoas. Em geral, conhecimentos adquiridos por meio da educação propicia um acesso mais fácil ao competitivo mercado de trabalho.

Alguns estudos, como por exemplo, de Barros *et al* (2001) destacam o despreparo e inadequação dos trabalhadores para assumirem um posto de trabalho como um dos responsáveis pelo desemprego. No Brasil, o problema pode ser agravado pela má qualificação da força de trabalho. Então é imprescindível um processo de valoração da formação dos trabalhadores para enfrentar o desemprego e os empregos informais. Nesse contexto, é fundamental apostar na educação como ferramenta para viabilizar a melhoria na qualidade da força de trabalho, em face ao alcance ótimo no nível de produtividade.

Para o Banco Mundial(2018a) jovens que passam por períodos prolongados sem estudar ou sem trabalhar se tornarão pessoas mais vulneráveis, tendo maior probabilidade de estarem em situação de desemprego ou de se submeterem a um emprego informal sem os direitos que uma pessoa que trabalha na formalidade normalmente tem, e possivelmente mais tarde em suas vidas serão pessoas mal remuneradas.

Em toda economia o capital humano é um determinante de potencial de produtividade do trabalho. Expandir a educação para que alcance todos, até os mais pobres ajuda a alcançar bons resultados. Intervenções feitas através de políticas públicas no sistema educacional para oferecer qualidade podem melhorar a eficiência do mercado de trabalho beneficiando em comum acordo trabalhadores e empregadores (Banco Mundial, 2018a).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa bibliográfica realizada foi possível inferir que os autores sempre chegam a uma variável em comum para explicar o crescimento econômico: educação. A educação como variável que torna as pessoas e um país mais produtivos. Dessa forma, se a sociedade é educada e qualificada, por consequência, ela terá um alto potencial produtivo.

O trabalho mostra a relevância de se investir em capital humano para se alcançar desenvolvimento. O capital humano pode trazer retornos em diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico de um país. Trabalhadores com nível de educação elevada e que possuem uma vida de qualidade serão bem mais eficientes em seus trabalhos que refletirá diretamente em melhores retornos financeiros.

Estudos revelam que alguns problemas que acometem os países estão associados à má distribuição da educação. Existe no mundo inteiro um nível bem elevado de pessoas com baixa qualificação.

Conforme o estudo realizado, ficou evidente que o Brasil para o período analisado apresentou avanços no seu índice de capital humano, já que teve melhorias no sistema educacional. No entanto, ao referir-se a qualidade da educação, o país não alcança as expectativas desejadas. Por mais que o país tenha expandido esse sistema, com mais pessoas tendo acesso, e pessoas aumentando seu tempo de estudo, ainda assim, foi uma melhoria não tão impactante se comparado a outros países.

O Brasil tem indicado um nível de produtividade baixo que está diretamente associado à baixa qualidade de sua educação. É um problema que tem refletido principalmente no mercado de trabalho, ocasionando um número elevado de desempregados e de pessoas trabalhando na informalidade, o que tem provocado desigualdades salariais.

Uma das dificuldades ao avaliar os impactos do investimento em educação, sem dúvidas, é o seu caráter abrangente, ou seja, o fato de não beneficiar somente os que dela usufruem, mas também por alcançar aqueles que são beneficiados pelas externalidades provindas desta.

As questões levantadas neste trabalho destacam pontos a serem abordados em futuras pesquisas. É importante continuar a desenvolver análises relacionadas à concentração de capital humano, explicando os retornos da escolaridade.

Os resultados alcançados não findam o tema, somente ratificam as contribuições dos autores ora referenciados. Além disso para o tema é importante que novos trabalhos o explorem, já que é assunto muito amplo, que envolve diversos campos da sociedade, podendo

surgir muitos outros aspectos a serem tratados.

Sendo a educação condição para o desenvolvimento de um país são necessárias estratégias que corroborem com o seu sucesso. Políticas públicas direcionadas a esse objetivo são indispensáveis.

Um ensino de excelência além de proporcionar um desenvolvimento econômico para o país, também trará uma qualidade de vida e justiça social para as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. P. de; PEREIRA, R. S. Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação. **Revista de Educação**, v. 9, n. 15, 2000.
- AYRES, Victor Rabello. **Economia e Educação**: percepção, evolução e responsabilidade. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Competências e Empregos**: Uma agenda para a Juventude. SÍNTESE DE CONSTATAÇÕES, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS, Washington DC, 2018^a.
- BANCO MUNDIAL. **Emprego e crescimento**: a agenda da produtividade. Brasília, 2018b.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório de Capital Humano Brasileiro - Investindo em Pessoas 2022**.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Investimentos em educação e desenvolvimento econômico. **Texto para discussão**, n. 525, IPEA, 1997.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Pelo fim das décadas perdidas**: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. 2002.
- BAYER, Felipe Francisco. **O capital humano e a economia do conhecimento**. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- BECKER, G.S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. New York: Columbia University Press, 1964.
- BLAUG, M. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Globo, 1975.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, n. 45, p. 49-96, 1998.
- CABRAL, Antônio; SILVA, Claudia Luciene de Melo; SILVA, Lamara Fabia Lucena. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 32, p. 35-41, 2016.
- CHAVES, Marcelo Santos; SILVA, David Costa Correia; SILVA, Charlene de Carvalho. **A Relação da formação de capital humano com o desempenho econômico brasileiro**. 2019.
- COSTA, Nilson Luiz et al. Capital humano e desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul: uma abordagem multivariada. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, p. 380-402, 2017.
- DALPIAZ, Renata Machado Garcia; PEREIRA, Leandro Ramos; MALASSISE, Regina Lúcia Sanches. **Teorias do crescimento econômico**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.
- DIAS, Joilson et al. **Função de Capital Humano dos Estados Brasileiros**: retornos crescentes ou decrescentes da educação?. 2013.
- FERNANDES, Reynaldo; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. A Evolução da Desigualdade no Brasil Metropolitano entre 1983 e 1997. **Estudos Econômicos**, v. 30, n. 4, p. 549-568, 2000.

- FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 2, 2004.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores Sociais 2015**. Rio de Janeiro, 2016.
- LANGONI, C. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973
- MELO, Lúcia Carvalho Pinto de et al. **Nova geração de política em ciência, tecnologia e inovação: Seminário Internacional**. 2010.
- MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. **Instituto Futuro Brasil**, v. 43, 2001.
- MINCER, Jacob. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of Political Economy**, v.LXVI, n.4, p.281-302, 1958.
- MONTEIRO, W. F. **Retorno da educação: estimativa da função de capital humano dos estados brasileiros**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, 2009
- MONTEIRO, W. F. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 40-56, 2016.
- NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO, Lízia. Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos. **Textos para discussão CEDEPLAR UFMG**, n. 267, 2005.
- NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO, Lízia de. **Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento**. Econ. Aplic., São Paulo, v.12, n.1, p.151-171, janeiro-março, 2008.
- QUEIROZ, Bernardo Lanza; CALAZANS, Júlia Almeida. Os efeitos da concentração de capital humano no retorno privado e social da educação no Brasil. **Anais**, p. 1-17, 2016.
- SCHULTZ, T. **O valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- SCHULTZ, T. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Ediotres, 1973.
- SCHULTZ, T. **Investindo no povo: O segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- SHEEHAN, J. (1975). **A Economia da Educação**. Trad. Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- TEIXEIRA, Aurora. **Capital humano e capacidade de inovação: Contributos para o estudo do crescimento econômico português, 1960-1991**. Conselho Econômico e Social, Lisboa, 2009.